

Revista de História e Memória mantida por grupos de pesquisa em História sediados nas universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Sergipe (UFS) e nas universidades Regional do Cariri (URCA) e do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Juiz de Paz na roça | Arte de [Eduardo Schloesser](#)

Justiça leiga e poder local

Resenha de *A Magistratura de Paz e o Jogo Político da Corte Imperial*, de Kátia Santana

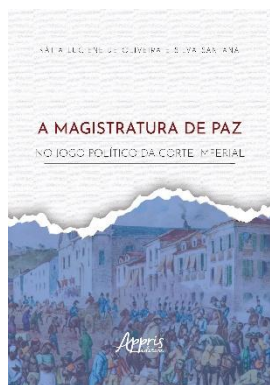
Recebido em 12/05/2026 e publicado em 20/06/2026

Marcelo Oliveira do Nascimento (UFRN)

Resumo: O livro *A Magistratura de Paz e o jogo político da Corte Imperial*, de Kátia Santana, visa compreender a atuação dos juizes de paz na Corte. Destaca-se pelo mapeamento prosopográfico e a articulação das fontes históricas. Em contrapartida, escasseiam detalhes sobre certas eleições, como as de 1832, prejudicando o panorama temporal da pesquisa.

Palavras-chave: juizes de paz; Brasil império; justiça leiga; história política.

O livro *A Magistratura de Paz e o Jogo Político da Corte Imperial*, da historiadora Kátia Luciene de Oliveira e Silva Santana, tem como objetivo investigar a atuação dos juízes de paz na cidade do Rio de Janeiro durante o período imperial, entre 1829 e 1841, focando seus engajamentos políticos e sociais. A pesquisa explora como a criação e a reforma do Código do Processo Criminal impactaram os poderes e as funções desses magistrados leigos eleitos. O livro foi publicado pela Editora Appris, em 2025. A obra recebeu o endosso de Adriana Pereira Campos (UFES) e foi prefaciada por Marcello Otávio Neri de Campos Basile (UFRRJ), seu orientador, que aclamou o trabalho como inovador para a história da justiça eletiva local na província do Rio de Janeiro, e importante para a discussão historiográfica sobre a magistratura eleita e as tensões políticas e sociais ocorridas durante o Império brasileiro.



O livro é resultado de sua tese de doutorado, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e premiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na categoria Trabalho Acadêmico. Kátia Santana é mestre e doutora pela UFRRJ, com especialização em Educação. Desenvolve pesquisas cidade e província do Rio de Janeiro, período regencial, política, criminalidade, magistratura e legislação. Santana é editora-chefe da Revista Uniabeu e professora de graduação no Centro Universitário UNIABEU.

No primeiro capítulo, Santana analisa as discussões do governo acerca da atuação dos juízes de paz desde sua chancela na Constituição de 1824, durante o Primeiro Reinado, bem como a ampliação e extensão dos poderes desses juízes leigos no período regencial. A autora demonstra como os debates na Câmara dos Deputados moldaram a ampliação dos poderes dos juízes de paz, que passaram de simples conciliadores a agentes com amplas atribuições policiais, judiciais e administrativas. Santana aponta, por meio da experiência dos juízes de paz que atuavam na Corte do Rio de Janeiro, que, apesar da autonomia local em seu cotidiano de atuação, esses magistrados eram frequentemente criticados por seus excessos pelo poder provincial representado pelos presidentes de província, que atuavam em defesa dos interesses da Corte nas diferentes regiões do Império.

No segundo capítulo, Santana discute as práticas eleitorais relacionadas à escolha dos juízes de paz, principalmente a cobertura realizada pelos jornais, observando o pleito eleitoral e a atuação desses magistrados no exercício de suas funções. Os periódicos discutiam as relações políticas e as influências dos indivíduos recomendados para o cargo. O levantamento nominal desses juízes leigos, realizado a partir dos resultados eleitorais publicados na imprensa, possibilitou à autora a criação de perfis socioprofissionais dos magistrados, por meio do cruzamento com outras informações coletadas, trazendo à tona novos dados sobre esses agentes.

No terceiro capítulo, com base na análise das atas eleitorais, Santana discute o processo de apuração dos votos dos eleitores das freguesias da província da Corte Imperial do Rio de Janeiro. Esses livros de atas eleitorais – contendo os nomes do presidente da mesa eleitoral e dos demais membros, os resultados da eleição, os nomes dos votantes presentes e ausentes e as multas aplicadas de mil-réis aos faltosos – revelaram as tramas eleitorais particulares de cada freguesia da Corte Imperial.

Utilizando o método da prosopografia, Santana apresenta, no quarto capítulo, o perfil profissional desses juízes de paz e de suas trajetórias até alcançarem o cargo. A intenção da autora foi conhecer quem eram esses magistrados eleitos pelos votantes das freguesias da

província do Rio de Janeiro. Demonstrando a ampliação da discussão e da polêmica envolvendo a ascensão ao cargo de juiz de paz e partindo da hipótese de que esses magistrados buscavam ascensão política e utilizavam a imprensa para divulgar suas ideias e ascender na política nacional, Santana realizou um mapeamento desses agentes por meio da prosopografia e investigou suas trajetórias políticas na Corte Imperial para identificar suas origens sociais e tendências políticas.

No quinto capítulo, Santana discute a atuação dos juizes de paz nas freguesias locais da Corte. Ela busca compreender como esses magistrados eleitos desempenharam suas amplas funções na justiça de primeira instância. Com base no debate historiográfico sobre a centralização ou descentralização da administração e da política imperial, a autora aponta os conflitos cotidianos entre a Corte Imperial e as elites locais, entre os juizes de paz e os presidentes de província, bem como os conflitos locais entre os juizes eleitos e os vereadores, principalmente nas substituições do cargo eletivo sem causa aparente. A autora analisa as controvérsias em torno da autonomia dos juizes de paz e as disputas políticas que permeavam a magistratura local, especialmente as críticas relativas aos supostos abusos de poder e à influência das facções políticas locais sobre a magistratura leiga.

Por fim, no sexto capítulo, Santana discute a atuação dos juizes de paz da Corte Imperial em suas funções policiais. Utilizando a discussão sobre o aparato policial no Império brasileiro, a autora observa como os juizes de paz, enquanto algumas das primeiras autoridades policiais constituídas, entraram em litígio com outras figuras representativas do poder policial, como o chefe de polícia, disputando a autoridade sobre a ordem pública local.

No quadro referente aos juizes de paz reeleitos no período de 1829 a 1840, a autora menciona que não encontrou as atas da eleição de 1832, pleito posteriormente cancelado no ano seguinte. Ela obteve informações sobre essa eleição apenas por meio de pequenos fragmentos documentais da freguesia da Candelária. A ausência dessas atas torna o panorama incompleto, principalmente porque o trabalho abarca uma temporalidade relativamente curta (1829-1841). No capítulo 3, em que aborda o processo eleitoral das freguesias da Corte do Rio de Janeiro, Santana informa que, na freguesia da Lagoa, localizou apenas a ata eleitoral de 1836.

Embora a obra revele um esforço louvável de levantamento documental, a estrutura da narrativa e as bases teóricas do trabalho apresentam lacunas que limitam o vigor analítico esperado de uma tese acadêmica. No plano formal, a fluência do texto é prejudicada pela inserção recorrente de longas transcrições de manuscritos oitocentistas, transferindo ao leitor o ônus da interpretação. Ademais, a organização de tabelas com dados discrepantes — que exigem retificações matemáticas constantes em notas de rodapé pela autora — evidencia uma fragilidade na sistematização do material empírico. Essa dependência acentuada do discurso oficial acaba por silenciar as camadas subalternas, que surgem na obra como meros alvos passivos da vigilância policial em tavernas e *zungús* da Corte. Ao interpretar a participação eleitoral restritiva como um pleno exercício de cidadania, Santana termina por mitigar o peso das redes de clientelismo e o envolvimento de certos juizes com o tráfico de africanos. Em suma, ao justificar a ação da elite proprietária pela busca de prestígio, a pesquisa corre o risco de naturalizar o sequestro do Estado pelo poder privado, negligenciando as exclusões profundas inerentes ao sistema imperial.

Santana foi certeira ao mapear os juizes de paz da Corte Imperial, utilizando o método da prosopografia, buscando reconstruir suas trajetórias políticas e sociais e suas redes de sociabilidade. Com isso, superou estudos mais generalistas e pouco detalhados sobre os juizes de paz na província do Rio de Janeiro, bem como pesquisas tradicionais que

observavam apenas as trapaças e os abusos praticados por esses magistrados, interpretando-os como simples manifestações do poder senhorial (Silva Júnior, 2022, p. 178), como se fossem mera continuidade das estruturas coloniais. A utilização da prosopografia permitiu observar os alinhamentos sociopolíticos e econômicos desses juízes leigos.

Outra qualidade do texto de Santana é o cruzamento entre diferentes tipos de fontes históricas – códigos de polícia, periódicos da imprensa do Rio de Janeiro, registros judiciais e atas eleitorais – com a historiografia sobre a construção nacional do Império brasileiro, os estudos sobre a justiça de paz e os trabalhos voltados à província do Rio de Janeiro. Santana articula com maestria essa historiografia e a discussão sobre a magistratura eletiva e a construção do Estado nacional com o cotidiano revelado pelas fontes.

Kátia Santana atingiu, com êxito, os objetivos propostos. Ao longo da obra, investigou os interesses dos juízes de paz da Corte do Rio de Janeiro e a forma pela qual essa magistratura eletiva foi atravessada pelas dinâmicas políticas e sociais das elites locais. Desde o levantamento da biografia coletiva desses juízes até a investigação de seus interesses políticos e dos conflitos decorrentes de sua atuação cotidiana, Santana confirmou positivamente a hipótese de que esses magistrados buscavam, por meio do cargo de juiz de paz, a ascensão política na Corte Imperial. A obra é especialmente indicada para aqueles que desejam compreender o processo de construção da cidadania política no Brasil, pois os juízes de paz representavam, em nível local, uma importante expressão dessa cidadania. Trata-se também de uma excelente contribuição para a história da justiça no Brasil e para a compreensão dos conflitos políticos associados à formação do Estado nacional brasileiro.

Referências

SANTANA, Kátia Luciene de Oliveira e Silva. *A magistratura de paz no jogo político da Corte Imperial*. Curitiba: Appris, 2025. 355 p.

SILVA JÚNIOR, E. D. . “Sobre as dúvidas quanto à inteligência da palavra - Magistrado”: os enquadramentos dos juízes de paz na cultura jurídica do Brasil Império (1827-1841) . *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S. l.], v. 19, n. 33, p. 175–192, 2022. DOI: 10.18817/ot.v19i33.913. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/913. Acesso em: 25 mar. 2026.

Sumário de *A Magistratura de Paz e o Jogo Político da Corte Imperial*

Introdução

1. “Decisões”: normas e demandas da magistratura leiga sob as decisões do governo
2. Eleições municipais: o juiz de paz na campanha eleitoral da imprensa fluminense (1828–1841)
3. Apuração eleitoral nas freguesias da Corte
4. “Senhor, doutor, cidadão”: o juiz de paz da freguesia
5. Atuação do magistrado leigo na administração da Justiça de Paz
6. Agente pacificador (?): o juiz policial nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro

Considerações finais

Resenhista



Marcelo Oliveira do Nascimento é graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), membro do Grupo de Estudos RN Oitocentista, e membro da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO). Publicou, entre outros trabalhos, [Fragmentos de um Mosaico: Uma Ego-História sobre o Elo entre a Experiência Pessoal, as Rupturas de um Tempo e a Vocação do Historiador](#). ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/195252608333787>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2127-7324>; e-mail: marcelonascimento564@gmail.com.

Para citar esta resenha:

NASCIMENTO, Marcelo Oliveira do. Justiça Leiga e poder local. Resenha de: SANTANA, Kátia Luciene de Oliveira e Silva. *A magistratura de paz no jogo político da Corte Imperial*. Curitiba: Appris, 2025. 355 p. Resenha de: *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 29, p. 22-26, maio / jun., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).